

COMPANHIA BOTAFOGO

Relatório do auditor independente

Demonstração contábil  
Em 31 de dezembro de 2024

COMPANHIA BOTAFOGO

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e conselheiros da  
Companhia Botafogo  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Botafogo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Botafogo, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relacionada com a continuidade operacional

#### Situação econômica financeira da Companhia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 6.182 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.909 mil em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 23.045 mil (R\$ 22.074 mil em 31 de dezembro de 2023), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Nesse contexto, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial em 20 de dezembro de 2023 nos termos da Lei art. 163 da Lei 11.101/05. O plano atingiu a adesão equivalente a 66,72 % dos credores. As propostas de pagamento da dívida são de deságio de 90% para pagamento a vista e deságio de 40% para pagamento em 15 anos, sendo 2 anos de carência e 13 anos para amortização mensal, corrigidos pela TR +2% a.a. Em 20 de dezembro de 2024 o Plano de Recuperação Extrajudicial foi homologado. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

## Ênfase

Adesão ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Parcelamento da Lei nº 14.148/2021 - PERSE (Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos).

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descreve que o Clube aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

## Recuperação Extra Judicial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis da Companhia Botafogo que protocolou pedido de Recuperação Extrajudicial em 20 de dezembro de 2023 nos termos da Lei 11.101/05. O plano atingiu a adesão equivalente a 66,72 % dos credores. As propostas de pagamento da dívida são de deságio de 90% para pagamento a vista e deságio de 40% para pagamento em 15 anos, sendo 2 anos de carência e 13 anos para amortização mensal, corrigidos pela TR +2% a.a. Em 08 de janeiro de 2024, o juízo deferiu o pedido, deferindo, ainda, a suspensão de todas as ações movidas em face das Requerentes. Em 20 de dezembro de 2024 o Plano de Recuperação Extrajudicial foi homologado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.



Ativo	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	3	30	1
Contas a receber	4		595
Parte Relacionada	5	-	7.295
Despesas diferidas		-	22
Tributos a Recuperar	6	528	1.131
		<u>558</u>	<u>9.045</u>
Não circulante			
Depósitos Judiciais	7	-	520
Investimento		1	1
Imobilizado		9	15
Intangível	8	-	6.698
		<u>10</u>	<u>7.234</u>
Total do ativo		<u><u>569</u></u>	<u><u>16.279</u></u>



Passivo

	Nota Explicativa	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Partes relacionadas	5	471	-
Fornecedores	9	2.278	7.909
Taxa de concessão	10		1.070
Obrigações Tributárias	11	1.424	1.398
Parcelamentos a pagar	12	2.558	2.551
Obrigações Trabalhistas		19	25
		<u>6.751</u>	<u>12.953</u>
<b>Não circulante</b>			
Taxa de concessão	10	-	6.776
Parcelamentos a pagar	12	16.597	18.358
Provisão para contingências	13	265	265
		<u>16.862</u>	<u>25.399</u>
Capital Social		50	50
Prejuízo Acumulado		(23.095)	(22.124)
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	14	(23.045)	(22.074)
		<u>569</u>	<u>16.279</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b><u>569</u></b>	<b><u>16.279</u></b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

# Companhia Botafogo S.A.

Demonstração do resultado  
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto  
quando indicado de outra forma)



	Nota Explicativa	2024	2023
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	15	(2.660)	(3.751)
Tributárias		(41)	(36)
Depreciação e amortização de outros ativos		(543)	(943)
Outras receitas-Recuperação despesas	16	4.556	8.206
Lucro antes do resultado financeiro		<u>1.312</u>	<u>3.476</u>
Despesas financeiras, líquidas	17	(2.283)	(2.853)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		<u>(971)</u>	<u>623</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Botafogo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em  
31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)



## Fluxos de caixa das atividades operacionais

	2024	2023
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(971)	623
Ajustes por:		-
Depreciação e amortização	543	947
Atualização de Tributos Parcelados	1.837	1.439
Reversão de provisão	(1.403)	
	<u>7</u>	<u>2.386</u>
Aumento / (Redução) nos ativos operacionais	9.013	(651)
Partes Relacionadas	7.295	(1.216)
Contas a receber	595	(353)
Despesas diferidas	-	237
Tributos a recuperar	603	682
Depósitos judiciais	520	-
	<u>(4.596)</u>	<u>(402)</u>
Redução) nos passivos operacionais	(4.596)	(402)
Fornecedores e contas a pagar	(2.874)	514
Obrigações tributárias	26	(225)
Obrigações trabalhistas	6	-
Parcelamentos	(1.755)	(178)
	<u>3.452</u>	<u>1.333</u>
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de operacionais	<u>3.452</u>	<u>1.333</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(20)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(20)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de impostos parcelados	(3.423)	(1.313)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamento	<u>(3.423)</u>	<u>(1.313)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	29	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>30</u>	<u>1</u>
	<u>29</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Botafogo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais



	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50	(22.748)	(22.698)
Lucro líquido do Exercício	-	623	623
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50	(22.124)	(22.074)
Prejuízo líquido do Exercício	-	(971)	(971)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50	(23.095)	(23.045)

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Companhia Botafogo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	(971)	623
Total dos resultados abrangentes	<u>(971)</u>	<u>623</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

---

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



## 1. Informações gerais

### a) Estrutura jurídica e objetivos

A Companhia Botafogo (“Companhia”) é uma sociedade anônima capital fechado que tem por objeto:

- i) A participação em outras sociedades, comerciais ou civis, e consórcios, nacionais ou estrangeiros, como sócia, acionista, quotista ou consorciada;
- ii) O exercício e a exploração empresarial do desporto de rendimento, incluindo por meio da exploração das marcas de titularidades de seus acionistas ou de terceiros;
- iii) A elaboração e desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, educacionais, esportivos e de cunho social, além da conservação e defesa do patrimônio histórico e artístico, bem como captação e/ou geração de recursos para viabilizar tais projetos;
- iv) A exploração comercial do equipamento esportivo denominado “Estádio Olímpico Nilton Santos anteriormente denominado Estádio Olímpico Municipal João Havelange”, com atividades de caráter esportivo, cultural, artístico, educacional ou comercial que sejam compatíveis ou complementares com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou, ainda, acessórias à atividade principal, incluindo a exploração de publicidade e a locação de áreas ou espaços para a exploração, por terceiros, dos serviços compatíveis, complementares ou acessórios às atividades principais, tudo conforme previsto no Termo de Concessão de Uso nº 46/2007-F/SPA celebrado pela Companhia Botafogo com o Município do Rio de Janeiro com período de concessão até 2031; e v) as atividades relacionadas à exploração de estacionamento rotativo.

A Companhia Botafogo S.A. é controlada pelo Botafogo de Futebol e Regatas (“BFR”), conforme nota 14.

Em 20/12/2023 a Cia Botafogo (CNPJ nº 05.466.745/0001-64) deu entrada no pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial no Juízo: 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital Data de Distribuição: 20/12/2023. Trata-se de pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado com arrimo no art. 163 da Lei 11.101/05, tendo como objeto o saneamento das dívidas de natureza quirografária.

Em 20/12/2023, o pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial foi apresentado pelas Requerentes, pugnando, na forma do art. 163, §7º, da Lei 11.101, pelo recebimento do feito e a concessão do prazo de 90 (noventa) dias para apresentação dos demais Termos de Adesão a fim de consolidar a adesão de mais da metade dos créditos abrangidos pelo plano.

Em 08/01/2024, o juízo deferiu o pedido, deferindo, ainda, a suspensão de todas as ações movidas em face das Requerentes.

Em 26/01/2024, considerando a distribuição do Conflito de Competência de nº 0968417-69.2023.8.19.0001 e a decisão liminar proferida pela Desembargadora Relatora do caso, o Juízo da 1ª Vara Empresarial proferiu a seguinte decisão: “prestei, em anexo, as informações solicitadas no conflito positivo de competência, suspendendo-se o processo até o seu julgamento”.

Em 19/03/2024, em que pese a suspensão vigente, em cumprimento à r. decisão de ID 95679314 de 08/01/2024, as Requerentes juntaram aos autos os demais Termos de Adesão, informando que se logrou atingir expresso apoio de credores detentores, atingindo um percentual total de adesão equivalente a 66,72 % (sessenta e seis vírgula setenta e dois por cento) de todo o passivo sujeito ao Plano. As propostas de pagamento da dívida são de deságio de 90% para pagamento a vista e deságio de 40% para pagamento em 15 anos ,sendo 2 anos de carência e 13 anos para amortização mensal ,corrigidos pela TR \+2% a.a.

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



Em 15 de agosto de 2024, conforme termo aditivo nº 81/2024 – F/SUPPA a concessão de uso do Estádio Nilton Santos foi transferida para SAF Botafogo por meio do termo de concessão de uso nº 46/2007 – F/SPA nos termos do art.78, VI da Lei nº 8.666/1993.

Em 20 de dezembro de 2024 o Plano de Recuperação Extrajudicial foi homologado.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de 6.193 mil reais (3.909 mil reais em 31 de dezembro de 2023) e um patrimônio líquido negativo no montante de 23.045 mil reais (22.074 em 31 de dezembro de 2023), evidenciando necessidade de aporte de recursos financeiros.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a Companhia seja incapaz de continuar suas atividades.

A emissão dessa demonstração contábil foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas materiais

### 2.1. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações foram elaboradas e preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PMEs (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais), moeda funcional da Companhia.

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados

### 2.3. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia são: caixas e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 03), transações com partes relacionadas (Nota Explicativa 04) e contas a receber.

ii) Passivos financeiros ao custo amortizado

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia: fornecedores e conta corrente de terceiros

### iii) Impairment de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

### iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

## 2.4. Contas a receber

Contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de direitos oriundos de contratos de locação ou cessão de uso no curso normal das atividades normais da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a doze meses ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado reduzido das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

## 2.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, caso contrário às contas a receber são apresentadas como ativo não circulante.

## 2.6. Despesas diferidas

As despesas antecipadas são demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos a serem apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

## 2.7. Depósitos judiciais

São representados pelos valores referentes a depósitos judiciais feitos ou penhoras realizadas em poder de terceiros. São oriundos de situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Os valores em questão podem estar depositados em juízo, sem que haja a liquidação do passivo.

## 2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida úteis econômica dos bens.



## **2.9. Intangível**

### **a) Contrato de concessão**

A Companhia deteve o contrato de concessão para operação e manutenção do Estádio Olímpico Municipal João Havelange, denominado Nilton Santos, até agosto de 2024. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em agosto de 2007, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com atividades de caráter esportivo, cultural, artística ou comercial, desde que compatíveis com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou acessórias à atividade principal, observadas, em qualquer hipótese, a legislação vigente.

Conforme termo aditivo, considerando a suspensão do prazo no período entre 26/03/2013 e 14/11/2016, o término do contrato de concessão ocorrerá em 08 de abril de 2031, quando a posse retornará ao poder concedente.

Os direitos de concessão são registrados pelo custo diretamente relacionado com o Termo de Concessão de uso do Estádio, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão.

A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O estádio Nilton Santos, atualmente está sobre administração integral da SAF Botafogo, que é responsável por toda operação e gestão das receitas e despesas, bem como investimentos de benfeitorias e manutenção, conforme entendimento entre as partes e acordo e acionista.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a concessão de uso do Estádio Nilton Santos foi transferida para SAF Botafogo por meio do termo de concessão de uso.

## **2.10. Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída – ativos não financeiros**

Na data de cada demonstração contábil, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

## **2.11. Fornecedores e contas a pagar**

Os saldos a pagar aos fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.



## **2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.

## **2.13. Provisões para contingência**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos processuais passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

## **2.14. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

## **2.15. Reconhecimento da receita**

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é provável que recursos econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

## **2.16. Receitas financeiras**

As receitas financeiras são reconhecidas pro rata die com base no método da taxa de juros efetiva.

## **2.17. Estimativas e premissas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

### **i) Provisão para contingências**

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para riscos processuais, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

## **2.18. Normas e interpretações novas e revisadas**

### **Adoção das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas**

### **Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2024**

As alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



- Alteração da IFRS 16 (CPC 06(R2)): esclarece a mensuração subsequente de transações de venda e leaseback (relocação);
- Alteração da IAS 1 (CPC 26(R1)): esclarece a mensuração subsequente de transações sujeitos a covenants e a classificação entre circulante e não circulante;
- Alteração na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece sobre mudanças na divulgação de transações de financiamento de fornecedores;

Não há impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Empresa em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas.

## **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024**

As alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados após 31 de dezembro de 2024:

- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Até a presente data, não é possível estimar quando esses pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC serão aplicáveis às pequenas e médias empresas.

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



## 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Bradesco	30	1
	30	1

## 4. Contas a receber

	2024	2023
Acordo IHS - Parcela 5/5	-	524
Outras contas	-	71
	-	595

## 5. Partes Relacionadas

Parte Relacionada	2024	2023
	<b>ATIVO</b>	
BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS	-	7.295
	<b>PASSIVO</b>	
BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS	471	-

Referem-se aos recursos disponibilizados e recebidos pela Companhia Botafogo por seu controlador.

## 6. Tributos a recuperar

	2024	2023
COFINS	434	929
PIS	94	201
	528	1.131

A companhia revisou as práticas tributárias adotadas e apurou créditos a recuperar não apropriados decorrentes da operação, uma vez que desde março de 2023 tem suas receitas tributadas em decorrência da exclusão de sua atividade econômica como beneficiária de alíquota zero pela Lei do PERSE:

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



	<b>COFINS</b>	<b>PIS</b>	<b>Total</b>
2018	147	67	214
2019	495	108	603
2020	341	74	415
2021	258	56	314
2022	221	47	268
2023	(532)	(150)	(682)
	<b>929</b>	<b>201</b>	<b>1.131</b>

  

	<b>COFINS</b>	<b>PIS</b>	<b>Total</b>
2018	147	67	214
2019	495	108	603
2020	341	74	415
2021	258	56	314
2022	221	47	268
2023	(532)	(150)	(682)
2024	(495)	(107)	(602)
	<b>434</b>	<b>94</b>	<b>528</b>

## 7. Depósitos Judiciais

	2024	2023
Depósitos - Ações tributárias (i)	-	520
	-	520

- (i) Valor de diversos depósitos judiciais e Mandados de penhora em 2020/2021 referente a Execução Fiscal nº 0023662- 28.2017.4.02.5151/RJ da União-Fazenda Nacional para cobrança de IRRF, PIS, CSRF e COFINS.

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



## 8. Intangível

	Direito de uso - Stadium Nilton Santos	Intangível Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>7.622</u>	<u>7.622</u>
Adição (a)	-	-
Amortização	(924)	(924)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>6.698</u>	<u>6.698</u>
Adição	-	-
Amortização	(539)	(539)
Transferência de concessão	(6.159)	(6.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>-</u>

Em agosto de 2024 o contrato de concessão foi baixado devido a transferência para SAF BOTAFOGO, vide informações gerais na nota explicativa nº1.

## 9. Fornecedores e Contas a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores (i)	<u>2.278</u>	<u>7.909</u>
	<u><b>2.278</b></u>	<u><b>7.909</b></u>

- (i) Saldo inclui a contas de água em aberto do período de 2021(3.712M), a CIA está negociando um acordo de parcelamento junto a CEDAE para liquidação da dívida. Vide NE 21.

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



## 10. Taxa de Concessão

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa de concessão (i)	-	7.846
	<u>-</u>	<u>7.846</u>
Circulante	-	1.070
Não Circulante	-	6.776
	<u>-</u>	<u>7.846</u>

- (i) Em conformidade a norma ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, foi reconhecido o passivo dos pagamentos futuros do Termo de Concessão para exploração do Estádio Nilton Santos Termo nº 46/2007-F/SPA, aditivado pelo Termo nº 70/2019- F/SPA estendendo a vigência até 08 de abril de 2031. O parcelamento é pago pela S.A.F. Botafogo. Em agosto de 2024 o passivo foi baixado devido da transferência da responsabilidade para SAF BOTAFOGO. Vide Nota explicativa nº 1.

## 11. Obrigações Tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos, taxas e contribuições correntes	399	606
Impostos, taxas e contribuições em dívida ativa (i)	1.026	792
	<u>1.424</u>	<u>1.398</u>

- (i) Refere-se a ISS em dívida ativa atualizado monetariamente até 2024.

## 12. Parcelamentos a Pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas Públicas	-	944
PERSE (i)	15.479	15.500
Concessão (ii)	3.675	4.465
	<u>19.155</u>	<u>20.909</u>
Circulante	2.558	2.551
Não Circulante	16.597	18.358
	<u>19.155</u>	<u>20.909</u>

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



- (i) A Companhia Botafogo realizou em 2021 a adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148, com intuito de mitigar os danos provenientes da COVID-19 ao setor de eventos. O parcelamento permite a renegociação de dívidas tributárias pelo período de até 12 anos.
- (ii) A companhia obteve em setembro de 2022, junto ao Município do Rio de Janeiro o parcelamento de débitos da concessão de competências anteriores através do processo SMF-PRO-2022/02008.

## 13. Provisão para Contingências

A Companhia Botafogo é polo passivo em processos cíveis e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, com base na opinião de seus assessores legais, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme segue:

Cíveis	2024	2023
	265	265
	265	265

Processos envolvendo riscos de perda avaliados como possíveis, conforme relatório dos consultores jurídicos em 31/12/2024, para os quais não foram registradas provisões, destacamos o Proc.08176614320228190208(6.243M) autor SR Engenharia referente a falta de pagamento de mensalidades relativa a manutenção dos serviços de engenharia no Estádio Nilton Santos.

Cíveis	2024	2023
	6.243	7.870
	6.243	7.870

## 14. Patrimônio Líquido (Passivo à descoberto)

O capital social é de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2024 e está representado por um total de 50 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim representado:

	2024	2023
BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS	99,99%	99,99%
Outros acionistas não controladores	0,01%	0,01%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



## 15. Despesas Administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Água e esgoto	1.176	1.869
Energia Elétrica	1.185	1.501
Gás	213	348
Correios, cartórios e seguros	87	23
	<u><b>2.660</b></u>	<u><b>3.745</b></u>

## 16. Outras (Receitas) e despesas operacionais

Conforme descrito na nota 1, item (b), em fevereiro de 2022 foi realizada a cisão parcial relacionados ao departamento de futebol do Botafogo de Futebol e Regatas para a SAF Botafogo, conforme previsto na art. 2 § 2º da Lei nº 14.193/21 (Lei da SAF). Desta forma, os direitos e obrigações decorrentes de relações, de qualquer natureza, estabelecidos com o clube vinculados à atividade do futebol foram transferidos à SAF, conforme acordo de acionistas realizado entre as partes.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Recuperação de despesas/impostos (i)	163	411
Recuperação de obrigações com fornecedores(ii)	4.393	5.176
Outras receitas/despesas(iii)	-	2.619
<b>Outras despesas e receitas operacionais</b>	<u><b>4.556</b></u>	<u><b>8.206</b></u>

- (i) Referem-se basicamente à recuperação de impostos a recuperar.
- (ii) Os montantes apurados, são principalmente decorrentes da recuperação de despesas e de obrigações com fornecedores, taxas de concessão, obrigações com concessionárias de luz, água e parcelamentos pagos pela SAF.
- (iii) Reembolso de gasto de energia no Estádio Nilton Santos, conforme acordo no processo movido contra a Companhia IHS Brasil Cessão de Infraestrutura S/A

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



## 17. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, encargos legais e variações monetárias sobre impostos, que são reconhecidos no resultado.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Atualização de mútuos e fornecedores	(16)	(9)
Atualização de tributos municipais	(223)	(850)
Atualização de tributos estaduais	(370)	(251)
Atualização de tributos federais	<u>(1.673)</u>	<u>(1.753)</u>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(2.853)</b>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b><u>(2.283)</u></b>	<b><u>(2.853)</u></b>

## 18. Gestão de Riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais riscos para a Companhia são analisados a seguir:

(a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Considerando que os ativos e passivos financeiros da Companhia possuem taxas de juros fixas e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia, no período de 12 meses, são livres de oscilações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros de mercado.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de assegurar que a Companhia sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações para atender às necessidades operacionais, sem causar perdas inaceitáveis ou de prejudicar a reputação da Companhia.

# Companhia Botafogo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



---

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações.

## 19. Cobertura de Seguros

A Companhia Botafogo possui contrato de seguro com a Somp Seguros S.A. no ramo de Responsabilidade Civil Geral a Base de Ocorrência e com a Axa Seguros S/A com os Riscos Nomeados e Operacionais. O capital contratado e vigente em 28/11/2022 a 28/11/2023 é de R\$ 3.000 e R\$ 248.000 e a vigência de 28/11/2023 a 28/11/2024 respectivamente.

## 20. Evento Subsequente

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Rio de Janeiro 31 de março de 2025

---

Marcus Vinicius de Figueiredo Furtado  
Diretor-Presidente

---

Raquel Barbosa da Rocha de Sá  
CRC-RJ N° 071.871/O-8  
Contadora